



Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Últimas cotações (em R\$)	Euro Comercial, venda na quinta-feira	Capital de giro Na quinta-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,51% São Paulo	1,21% Nova York	R\$ 1.212	Na quarta-feira R\$ 4,696 (+0,16%)		R\$ 5,084	6,76%	12,03%
			7/abril 4,741 8/abril 4,709 11/abril 4,690 12/4 4,674				Novembro/2021 0,95 Dezembro/2021 0,73 Janeiro/2022 0,54 Fevereiro/2022 1,01 Março/2022 1,62

CONJUNTURA

Governo propõe novo mínimo de R\$ 1.294

Projeto de Lei Orçamentária remetido ao Congresso estabelece, também, deficit primário de R\$ 65,9 bi para o próximo ano

» DEBORAH HANA CARDOSO

O governo enviou, ontem, ao Congresso, o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 com uma proposta de salário mínimo de R\$ 1.294. Caso aprovado pelos parlamentares, será o quarto ano em que o piso não terá aumento real. O PLDO estipula, ainda, uma meta de déficit primário — que é diferença entre tudo o que a União arrecada menos o que gasta, sem levar em conta os juros da dívida — de até R\$ 65,9 bilhões para o próximo ano.

O salário mínimo é base de referência para outras despesas, como os benefícios da Previdência Social e de assistência social a idosos e pessoas com deficiência (BPC), além do abono salarial. Para 2024, a previsão é de que o mínimo será de R\$ 1.337, chegando a R\$ 1.378 em 2025.

A última vez que o piso teve ganho real foi no início de 2019, primeiro ano de mandato do presidente Jair Bolsonaro (PL). Foi quando ele assinou um decreto atualizando o valor do mínimo de acordo com a política de valorização aprovada no governo Dilma Rousseff (PT) e que vigorou entre 2016 e aquele ano.

Mas, desde então, o governo tem concedido apenas a reposição da inflação. Essa decisão tem sido influenciada pelo

José Dias/PR



Bolsonaro tem concedido apenas a reposição da inflação oficial como reajuste do mínimo. Último ano de ganho real foi 2019

fato de o piso ser referência para dois terços da despesa pública — como benefícios previdenciários, assistenciais e seguro-desemprego.

Entretanto, o mercado e outros agentes econômicos trabalham com uma inflação oficial

chegando a algo em torno de 8%. De acordo com pesquisa divulgada, ontem, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o índice acumulado desde janeiro ficou em 2,68% para as famílias mais ricas e em 3,4% para as mais pobres (**leia mais na página 7**).

Rombo nas contas

Com a projeção de deficit primário de até R\$ 65,9 bilhões para 2023, conforme estipula o PLDO, o país chega ao 10º ano consecutivo com as contas públicas no vermelho. A trajetória

de deficits fiscais teve início em 2014 e, pelas estimativas oficiais, os números só devem voltar ao azul em 2025, quando o superavit projetado é de R\$ 33,7 bilhões.

Para este ano, foi autorizado um rombo fiscal de até R\$ 170,5

2,5%

é a projeção de crescimento do PIB para o próximo ano, de acordo com o PLDO que seguiu para o Legislativo

bilhões por causa, sobretudo, dos efeitos da pandemia de covid-19 que ainda são percebidos na economia. A última estimativa do Ministério da Economia, divulgada em março, aponta, porém, um deficit primário menor — em torno de R\$ 66,9 bilhões.

O PLDO também estabelece como meta de resultado primário para o chamado Governo Central — que inclui Tesouro, Banco Central e Previdência — no próximo ano um prejuízo de R\$ 65,91 bilhões. Para 2024, a meta do governo é que esse resultado seja negativo em R\$ 27,89 bilhões. Pelas projeções da equipe econômica, a expectativa de superavit é somente para 2025 — de R\$ 33,7 bilhões ou 0,28% do PIB.

No que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB) para 2023, o PLDO manteve a projeção de alta para 2,5%. (**Com Agência Estado**)

FUNCIONALISMO

Reajuste de 5% revolta policiais, que ameaçam com greve

» MICHELLE PORTELA

A decisão de Jair Bolsonaro (PL) de conceder um reajuste linear de 5% a todos os servidores públicos federais aumentou a insatisfação de categorias que fazem parte da base eleitoral do presidente da República — como os policiais federais e os rodoviários federais, que alegam estar à beira de uma crise sem precedentes nas corporações. O percentual proposto pelo Palácio do Planalto ao funcionalismo foi divulgado na última quarta-feira.

A Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) divulgou, ontem, nota criticando o presidente e manifestando “a mais absoluta indignação com a notícia de que a reestruturação das carreiras policiais da União não será implementada” neste ano. De acordo com o texto, a proposta de Bolsonaro representa a quebra de compromissos assumidos com a categoria ainda na campanha eleitoral.

“Devemos lembrar que o governo foi eleito com a promessa de que valorizaria os profissionais de segurança pública e, até então, os profissionais dessa área, tão utilizada pelo governo e, em especial, pelo próprio presidente em suas propagandas na apresentação dos recordes alcançados, foi incapaz de promover qualquer modificação estrutural ou a reestruturação da carreira”, cobrou a Fenapef.

Na mesma nota, os federais destacam o desapontamento que

vêm tendo com Bolsonaro. “Temos obrigação de manifestar a nossa profunda decepção com mais essa promessa que estaria prestes a ser descumprida, fato que, caso confirmado, certamente provocará uma crise sem precedentes na Polícia Federal. Esperamos que o Presidente da República analise com cautela a situação”, disseram.

Prontidão

Marcus Firme, presidente da Fenapef, disse ao **Correio** que a categoria estuda deflagrar uma greve nacional na próxima semana. “Houve uma revolta generalizada com o anúncio do governo. Diante disso, colocamos a orientação aos 27 sindicatos que convoquem as respectivas bases para uma articulação conjunta com as outras forças (policiais) para que estejam em estado de alerta e de prontidão para possíveis desdobramentos da próxima semana”, assegurou.

A decisão já tem data para ser tomada. “Na terça-feira, às 10h, vamos realizar uma assembleia geral extraordinária para deliberar o que vamos fazer diante desse quadro, com participação virtual de todos os presidentes dos sindicatos”, explica.

Já Flávio Werneck, presidente da Associação Nacional dos Escrivães de Polícia Federal (ANEPEF) e diretor jurídico da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) considera

Ed Alves/CB/D.A Press



Fenapef lembra compromisso assumido por Bolsonaro na campanha. Categoria se diz decepcionada

que o aumento linear de 5% para todo o funcionalismo significa que o governo federal cedeu à pressão de outras categorias — sobretudo das carreiras típicas de Estado — e, assim, não realizar a reformulação das polícias.

“Disseram que o problema era a fonte de recursos para a reestruturação de carreira.

Fizemos todo esforço no (Poder Legislativo para reservar R\$ 1,7 bilhões no Orçamento com essa destinação e, de repente, eles aumentam a despesa em R\$ 6 bilhões para fazer reajuste, cedendo à pressão de carreiras típicas do Estado vinculadas ao Ministério da Economia. É muita coincidência”, critica Werneck.

Para ele, a suposta articulação visa impedir o cumprimento das promessas de Bolsonaro aos policiais. “Não houve sequer um movimento do governo para tentar impedir tais movimentos grevistas (das carreiras de Estado). Parece orquestrado para que não se desse reajuste aos policiais”, provocou.

Categorias insatisfeitas

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, considerou injusta a acusação feita por Flávio Werneck, presidente da Associação Nacional dos Escrivães de Polícia Federal (ANEPEF) e diretor jurídico da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) — de que o governo cedeu às pressões das carreiras de Estado vinculadas ao Ministério da Economia.

“Não entendi o que ele quis dizer com isso. A corrosão inflacionária atinge todo o funcionalismo federal. Então, é legítimo o reajuste para os servidores da segurança, assim como o é para as demais categorias”, disse.

Já o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Fábio Faiad, disse que a concessão de um reajuste linear de 5% para todas as categorias era esperada. Mas, conforme disse, isso não será suficiente para arrefecer a mobilização dos servidores, que também não concordam com a proposta feita pelo governo. “Seque a greve. Inclusive, já declaramos publicamente que os tais 5% são insuficientes”, explica.

Estão mantidas as greves dos servidores do Banco Central, de braços cruzados desde 1º de abril, e dos peritos do INSS, que pararam em 30 de março. (**MP**)